

Um mapa do risco ambiental

Categories : [Colunistas Convidados](#)

A proteção do meio ambiente é hoje uma incumbência planetária. Temos singular responsabilidade na matéria. Extensas áreas e recursos naturais estão sob soberania brasileira, e devem ser defendidos e protegidos para as futuras gerações da humanidade, sem prejuízo do nosso e do seu desenvolvimento.

Apesar disso, somos ainda surpreendidos por desastres ambientais de grandes proporções como, por exemplo, o que ocorreu meses atrás no norte do estado do Rio, quando o vazamento de dejetos industriais poluiu um afluente do rio Paraíba do Sul, deixando populações inteiras sem abastecimento de água, e com o meio ambiente degradado e insalubre. Torramos anualmente largas extensões de terra sem qualquer cuidado. Nestes últimos dias, uma carreta tombou em São Paulo, liberando um gás que afetou gravemente toda uma área urbana: e isso por causa de um buraco numa avenida.

Que rio, que depósito, que indústria? Que áreas são essas incendiadas, que relação custo-benefício traz sua destruição? Que gás, que carreta, que avenida e que buraco? Só se soube depois dos acidentes, se é que se soube.

As consequências de desastres desse porte demoram a ser totalmente contabilizadas. Mas não há dúvida de que os custos são altíssimos para o país. E no conjunto para o planeta.

E assim convivemos com áreas e situações de risco ambiental de natureza e gravidade diferentes. Em vários pontos do nosso território, podem, de um momento para outro, evoluir para dar lugar a outras catástrofes que poderiam talvez ser evitadas - caso conhecidas a tempo. Torna-se óbvia a necessidade de atuar de forma preventiva.

Mas a própria formulação de políticas públicas e de projetos privados para preservação ambiental se torna difícil, face à dispersão de dados e informações, o que dificulta a identificação, localização e dimensionamento precisos dos riscos ambientais existentes em nosso território.

Informações dispersas, atuações descoordenadas, tudo atrasado - o desastre chega sempre primeiro.

Necessidade de localização dos riscos

Nessas circunstâncias - se é para realmente dimensionar, ordenar, reconhecer prioridades e aproveitar ao máximo os recursos públicos e privados disponíveis - torna-se fundamental um instrumento que reúna o mínimo de informações disponíveis. Ora, a maior parte dos riscos ambientais são fenômenos geográficos, que podem ser localizados no espaço físico e, portanto,

podem ser representados em mapas, que - uma vez reunidos - constituiriam um “Atlas de Riscos Ambientais”.

O objetivo de um trabalho desse tipo será o de progressivamente consolidar e divulgar informações que fundamentem a adoção de políticas públicas nos diferentes níveis da federação, que orientem a ação da iniciativa privada e indiquem providências de toda sorte que possam ser tomadas. Em resumo, um instrumento para ajudar o país na preservação dos recursos naturais existentes, na adoção de medidas preventivas em sua defesa e utilização e no paulatino enfrentamento das situações de risco ambiental.

E, se tudo isso não for suficiente, um atlas de riscos ambientais ainda poderá ter uma outra importância fundamental e prática na educação. O que quer que se possa dizer, nada substitui um bom instrumento didático para formar as próximas gerações.

Não adianta nada nos confortar pretendendo fazer com que a preocupação com o meio ambiente se propague na sociedade em geral a partir da escola, tornando o assunto objeto de disciplina obrigatória ou por outro tipo de providência meramente formal. A influência da escola nesse tipo de problema é limitada pela capacitação do professor.

Na formação dos futuros professores, esse instrumento permitirá criar neles a consciência dos riscos ambientais, como um novo tipo de fato com implicações ambientais e sociais, geograficamente notados, localizados, ordenados e dimensionados. E isso terá grande influência na formação das novas gerações. Os novos professores poderão demonstrar gráfica e localizadamente o novo desafio que seus alunos terão de enfrentar.

É um tipo de obra que provavelmente nunca se terminará de fazer. Será mais um trabalho de aproximações sucessivas, no qual cada versão aperfeiçoará a anterior e abrigará o que vier a surgir de novo e relevante. Afinal, a humanidade mapeia seu ambiente há séculos e tem enorme experiência acumulada nisso. É só reconhecer a relevância do fenômeno a ser representado por esse meio.

Como cabeça dos sistemas de geociências e recursos naturais, o IBGE está constitucional e tecnicamente capacitado a coordenar a coleta destes dados, promover a crítica das informações coletadas e elaborar um trabalho consistente e competente de mapeamento dos riscos ambientais do Brasil. Tem excelente reputação internacional, fortes laços com agências internacionais de fomento e pesquisa. Provavelmente poderia atrair atenção e recursos externos para auxiliar o financiamento deste projeto.

Pode parecer uma providência modesta, se comparada à retórica inflamada e às proclamações bombásticas de nobres propósitos. Mas talvez, por ser modesta, corra o risco de ser mais eficaz.

* *Edgar Flexa Ribeiro é educador e mergulhador.*